Modelo de Divórcio Consensual Extrajudicial

ILUSTRÍSSIMO SENHOR TABELIÃO DO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DA COMARCA DE DO ESTADO DE
(NOME COMPLETO DO DIVORCIANDO (A), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador do RG n°, inscrito no CPF n°, residente e domiciliado à (endereço completo do autor), e
(NOME COMPLETO DO DIVORCIANDO (A), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador do RG n°, inscrito no CPF n°, residente e domiciliado à (endereço completo do autor), ambos representados por seu advogado
(NOME COMPLETO DO ADVOGADO), inscrito na OAB n° (número da OAB), endereço profissional (endereço completo do escritório do advogado), onde recebe notificações e intimações, endereço eletrônico (e-mail do advogado), conforme procuração em anexo, vem perante Vossa Excelência, propor
DIVÓRCIO CONSENSUAL EXTRAJUDICIAL
Pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.
DO CASAMENTO O(a) requerente casou-se com o(a) requerido(a) em (data do casamento), sob o **regime de comunhão parcial de bens (se outro, modificar), de modo que durou anos(período do casamento). Entretanto a vida conjugal deixou de ser satisfatória para as partes e não obtendo êxito em outros meios possíveis para a manutenção da família, faz-se necessária a dissolução do vínculo conjugal.
DOS FILHOS (OU DA INEXISTÊNCIA DE FILHOS) Da relação entre as partes não adveio filhos.
OU
Da relação entre as partes adveio os filhos(nome completo dos filhos), todos maiores de idade e capazes.
DOS BENS (OU DA INEXISTÊNCIA DE BENS) O casal não adquiriu patrimônio na constância do relacionamento, de modo que não há partilha de bens a ser feita.
OU
O casal adquiriu bens na constância do relacionamento, quais sejam:

Imóvel (detalhar) no valor de R\$;			
Automóvel (detalhar) no valor de R\$;			
Saldo em conta bancária conjunta (detalhar) no valor R\$			
Assim, resolvem partilhar de tal modo:			
Ao divorciando(a) (Nome do divorciando) caberá a fração de/totalidade do bem (detalhar qual bem), no valor de R\$;			
Ao divorciando(a) (Nome do divorciando) caberá a fração de/totalidade do bem (detalhar qual bem), no valor de R\$;			
DA DESNECESSIDADE DE ALIMENTOS As partes renunciam o direito de prestação alimentícia entre si, uma vez que têm possibilidade de proverem o próprio sustento.			
DA ALTERAÇÃO DO NOME			

DO DIVÓRCIO

solteira).

O divórcio consensual está previsto no art. 733, do Código de Processo Civil, in verbis:

A divorcianda voltará a usar seu nome de solteira, qual seja _____ (escreva o nome de

Art. 733. O divórcio consensual, a separação consensual e a extinção consensual de união estável, não havendo nascituro ou filhos incapazes e observados os requisitos legais, poderão ser realizados por escritura pública, da qual constarão as disposições de que trata o art. 731.

1º A escritura não depende de homologação judicial e constitui título hábil para qualquer ato de registro, bem como para levantamento de importância depositada em instituições financeiras.

Deste modo, tendo chegado ao fim a harmonia conjugal e preenchidos os requisitos legais, os divorciandos pleiteiam a dissolução do casamento através do divórcio consensual.

DAS DECLARAÇÕES

Perante seu advogado assistente e tabelião, as partes declaram que têm plena ciência das consequências do divórcio, nada mais tendo a reclamar um do outro a qualquer tempo.

DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, as partes requerem a lavratura da Escritura Pública do Divórcio Extrajudicial, nos termos do art. 733, do Código de Processo Civil, para averbação em seus registros civis.

Requer a juntada dos documentos necessários a instrução desta.

(cidade	e), de	de 2022.
Assinatura do advogado		
OAB n°/ UF		